

Ronaldo Brêtas de Carvalho Dias

Advogado

Doutor em Direito Constitucional e Mestre em Direito Civil pela UFMG

Professor Adjunto IV de Teoria Geral do Processo e de Direito Processual Civil
na Faculdade Mineira de Direito da PUC Minas

Professor Colaborador no Programa de Mestrado Acadêmico em Instituições Sociais,
Direito e Democracia da Universidade FUMEC, Minas Gerais

Professor Auxiliar de Prática Jurídica Civil na Faculdade
de Direito da Universidade de Itaúna, Minas Gerais

Membro Efetivo do Instituto dos Advogados de Minas Gerais

Membro Honorário da Associação Brasileira de Direito Processual

Membro Titular do Instituto Panamericano de Derecho Procesal

Membro do Instituto do Direito de Língua Portuguesa, sede em Lisboa

Membro da Academia de Direito Processual de Mato Grosso do Sul

Ex-Advogado Chefe Adjunto da Assessoria Jurídica Regional
do Banco do Brasil S.A., em Minas Gerais

PROCESSO CONSTITUCIONAL E ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO

5ª edição

Revista, atualizada e ampliada

Prefácio:

Alexandre Freitas Câmara

editora
Del Rey

Belo Horizonte

2022



Copyright © 2022 Editora Del Rey Ltda.

Nenhuma parte deste livro poderá ser reproduzida, sejam quais forem os meios empregados, sem a permissão, por escrito, da Editora.

Impresso no Brasil | Printed in Brazil

EDITORA DEL REY LTDA

Editor: Arnaldo Oliveira

Editor Adjunto: Ricardo A. Malheiros Fiuza
(*in memoriam*)

Coordenação Editorial: Leticia Neves

Diagramação e capa: Alfstudio

Editora:

Rua dos Goitacazes, 71 – Lojas 20 a 24
Centro – Belo Horizonte – MG
CEP 30190-050

Comercial:

Tel.: (31) 3284-3284
vendas@editoradelrey.com.br

Editorial:

Tel.: (31) 2516-3340
editorial@editoradelrey.com.br

Conselho Editorial:

Alice de Souza Birchal
Antônio Augusto Cançado Trindade
Antonio Augusto Junho Anastasia
Antônio Pereira Gaió Júnior
Aroldo Plínio Gonçalves
Carlos Alberto Penna R. de Carvalho
Dalmar Pimenta
Edelberto Augusto Gomes Lima
Edésio Fernandes
Felipe Martins Pinto
Fernando Gonzaga Jayme
Hermes Vilchez Guerrero
José Adércio Leite Sampaio
José Edgard Penna Amorim Pereira
Luiz Guilherme da Costa Wagner Junior
Misabel Abreu Machado Derzi
Plínio Salgado
Rénan Kfuri Lopes
Rodrigo da Cunha Pereira

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

D541p

Dias, Ronaldo Brêtas de Carvalho
Processo constitucional e estado democrático de direito /
Ronaldo Brêtas de Carvalho Dias. 5ª ed. revista, atualizada e
ampliada – Belo Horizonte : Editora Del Rey, 2022

276p.

ISBN: 978-65-00-36688-4

1. Direito constitucional. 2. Direito processual civil. 3. Estado
democrático de Direito. I. Título.

CDD-342

Índices para catálogo sistemático:

1. 1. Direito constitucional

342

Prefácio	xi
Nota à 5ª edição	xv
Introdução	1

CAPÍTULO 1

FUNDAMENTOS DO ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO	9
1. Exercício do poder pelo Estado	9
2. Teoria das funções do Estado	17
3. Exame e distinção das funções fundamentais do Estado	26
4. Jurisdição concretizada pelo devido processo constitucional	38
5. Jurisdição civil, penal e trabalhista	49
6. Jurisdição constitucional	51
7. O que é Estado Democrático de Direito	56

CAPÍTULO 2

ELEMENTOS DE TEORIA DO PROCESSO CONSTITUCIONAL	83
1. Jurisdição como direito fundamental	83
2. Pretensão de direito material e ação como direito constitucional	93
3. Teorias processuais e processo constitucional	103
4. O contraditório no processo constitucionalizado contemporâneo	119
5. Cooperação processual	133
5.1 <i>Considerações introdutórias</i>	133
5.2 <i>A cooperação processual no direito comparado</i>	134
5.3 <i>Contraditório entrelaçado com a fundamentação das decisões</i> <i>jurisdicionais</i>	136
5.4 <i>Cooperação processual e contraditório</i>	139
5.5 <i>Considerações conclusivas</i>	145

CAPÍTULO 3

PRINCÍPIOS DIRETIVOS DA JURISDIÇÃO NO

ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO	147
1. Os princípios como normas jurídicas	147
2. Aspectos da dimensão principiológica da Constituição Federal de 1988....	158
3. Princípio do juízo constitucional ou juízo natural	160
4. Princípio da vinculação da jurisdição ao Estado Democrático de Direito.....	162
5. Princípio da supremacia da Constituição Federal	164
6. Princípio da reserva legal	167
7. Princípio do devido processo constitucional	173
8. Princípio da fundamentação das decisões jurisdicionais	176
9. A fundamentação correlacionada aos princípios do contraditório e da congruência.....	188
10.O devido processo constitucional na jurisprudência.....	190
11.Princípio da eficiência da função jurisdicional	199

CAPÍTULO 4

GARANTIA DA RAZOÁVEL DURAÇÃO DO PROCESSO NO

ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO	205
1. Considerações iniciais.....	205
2. Insatisfação com a qualidade do serviço público jurisdicional	206
3. Duração razoável do processo e devido processo legal	214
4. Origem e significado jurídico da expressão razoável duração do processo	219
5. Situações de comprometimento da razoável duração do processo	223
5.1 <i>Complexidade das questões discutidas no processo</i>	223
5.2 <i>Comportamento das partes</i>	224
5.3 <i>Atuação dos órgãos jurisdicionais</i>	224

CAPÍTULO 5

CONSIDERAÇÕES FINAIS	227
-----------------------------------	------------

BIBLIOGRAFIA.....	233
--------------------------	------------